

CARTAGENA DE ÍNDIAS E SALVADOR: UMA ANÁLISE COMPARADA DA HISTÓRIA COLONIAL AMERICANA- 1780-1850

Wellington Castellucci Junior*

Recebido 26/11/2013
Aprovado 10/12/2013

Resumo: Este artigo aborda as condições de vida e as relações de trabalho de escravos e libertos em duas cidades portuárias da América Latina no final do período colonial e nas primeiras décadas da formação dos estados nacionais. Salvador e Cartagena de Índias foram, desde as primeiras décadas da colonização, os principais centros comerciais e mantiveram uma estreita relação com as suas metrópoles devido às suas estratégicas localizações geográficas. Como viveram escravos e libertos, trabalharam, ocuparam diferentes espaços da cidade e como os cativos se libertaram é o que aborda esse estudo.
Palavras-chave: Escravidão – Liberdade – Colonialismo.

Abstract: This article discusses life conditions and labor relations of slaves and freedmen in two port cities of Latin America in the late colonial period and in the first decades of national states formation. Salvador and Cartagena of the Indies were, from the first decades of colonization, major shopping centers and maintained a close relationship with their cities due to their strategic geographical locations. How slaves and freedmen lived, worked, occupied different spaces of the city and how the captives freed themselves is treating in this study.

Keywords: Slavery – Freedom – Colonialism.

La especialísima situación de Cartagena tuvo que originar em sus moradores complejos personales y colectivos, com derivaciones que llegarían hasta nuestro días. Fuera Del comercio, ejercido intensamente em fechas determinadas, com ocasión de La llegada o de La partida de las flotas, La ciudad careció de industrias. Dentro Del enorme e impresionante aparato bélico que cominaba todo, em Cartagena no hubo tiempo ni lugar para nada distinto al oficio militar. El habitante de Cartagena tenía um programa específico: estar preparado para pelear.

Donaldo Bossa Herazo. *Herecia Colonial em Cartagena de Yndias*. 1980.

O comércio realizado nas imediações da Bahia, grande parte do qual com o interior, é realmente espantoso. Oitocentas lanchas e sumacas de vários tamanhos trazem cotidianamente sua contribuição para o comércio com a capital: fumo, algodão, mercadorias diversas, de Cachoeira; o maior sortimento de louça comum, de Jaguaripe; aguardente e óleo de baleia, de Itaparica; farinha e peixe salgado, de Porto Seguro; algodão e milho, dos rios Real e São Francisco; açúcar, lenha e legumes, de todos os lugares. Uma riqueza, em grau desconhecido na Europa, é assim posta em circulação.

Thomas Lindley. *Narrativa de uma viagem ao Brasil*. 1805.

* Doutor em História Social pela USP. Professor da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia. E-mail: wcastellucci@yahoo.com.br

Introdução

Duas características apontaram similitudes entre algumas importantes cidades portuárias das Américas Ibéricas, durante o período colonial e posteriormente: a configuração da sua gente e a singularidade da arquitetura das urbes. Como áreas responsáveis pela recepção de navios negreiros procedentes da África que ali descarregavam suas “mercadorias” para, em seguida, serem deslocadas em direção ao interior, do, muitas vezes, inóspito mundo colonial, cidades, como Salvador, Rio de Janeiro, Havana e Cartagena de Índias tornaram-se, rapidamente, *cidades negras*, visivelmente *africanizadas*. Isso significa que, no final do século XVII e na aurora do XVIII, esses centros urbanos já possuíam um contingente majoritariamente negro e mestiço, suplantando, em muito, o remanescente indígena e os assustados brancos.¹ Esse medo aumentaria ainda mais com o advento da sangrenta Revolução Haitiana e a consequente circulação de tais acontecimentos que se alastraram por toda a América latina.²

Embora tenhamos conhecimento de que cerca de 2,2 milhões de africanos desembarcaram na América antes de 1700, e que, no final do século XVIII e princípios do XIX, quatro quintos de todos os escravos foram transportados para o Novo Mundo, não fora somente esse tráfico transatlântico de cativos, procedente da África, o único responsável pelo crescimento sistemático de negros e mestiços, escravos e libertos, nas Américas.³ Ao cabo do século XVII, grande parte das populações indígenas dessas regiões já havia sido exterminada, compulsoriamente deslocada para o interior à procura de abrigo contra as barbaridades praticadas pelos conquistadores.⁴

Muitas delas foram obrigadas a assentar suas aldeias em lugares inabitáveis, desertos, quase sem vida, onde somente um povo bravo e perseverante poderia sobreviver. Nos Andes, onde a população aborígine foi reduzida em mais de um quarto nas primeiras décadas da conquista, os *Lupacas*, povo de linhagem Aimará, que resistiram bravamente à dominação Inca,

¹ Sobre o Brasil, ver RUSSEL-WOOD. **Escravos e Libertos no Brasil Colonial**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005; DIAS, Maria Odila Leite da Silva. Forros e brancos pobres na sociedade do Brasil Colonial. 1675-1835. **História General da América Latina**. Madri: Trota, 2001. v. 3. t. 2. cap. 22; BARICKMAN, B. J. **O Contraponto Baiano: açúcar, fumo, mandioca e escravidão no Recôncavo, 1780-1860**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003; _____. E se a casa-grande não fosse tão grande? Uma freguesia açucareira do Recôncavo baiano em 1835. **Revista Afro-Ásia**, Salvador, v. 29-30, p.79-132, 2003.

²Sobre isso ver, dentre outros autores, GOMES, Flávio dos Santos; FERREIRA, Roquinaldo. A miragem da miscigenação. **Revista Novos Estudos - CEBRAP**, São Paulo, p. 141-160, Março 2008; JAMES, C.L.R. **Os Jacobinos negros. Toussant L’ouverture e a Revolução de São Domingos**. São Paulo: Boitempo, 2007. 1ª reimpressão; BLACKBOURN, Robin. **A queda do escravismo colonial. 1776-1848**. Rio de Janeiro; São Paulo: Record, 2002.

³ KLEIN, Herbert S. Novas interpretações do tráfico de escravos do Atlântico. **Revista de História da USP**, São Paulo, n.120, p. 03 - 25, janeiro-julho 1989. p. 17.

⁴Para o caso específico do Brasil Colonial, ver, dentre outros: BANDEIRA, Luís Alberto Moniz. **O Feudo. A casa da Torre de Garcia d’Ávila: da conquista dos sertões à Independência do Brasil**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

embora caíssem finalmente sob seu controle;⁵ assim como os Araucanos, foram parcialmente dizimados ou empurrados para o frio território patagônico durante a conquista espanhola.⁶

Daqueles antigos territórios coloniais, originaram-se mais tarde os estados nacionais da Argentina e do Chile, e as atrocidades dos conquistadores não se limitaram ao seu extermínio puro e simples, mas à marginalização dos índios até os dias atuais, sendo que as lutas pela terra e pelo direito à cidadania ainda são motivos de intensa instabilidade política na região.⁷ No Brasil, várias etnias se refugiaram no interior, nos sertões e cerrados, onde os bandeirantes os caçavam, sem trégua, para os venderem como escravos sob o véu da “justiça divina” ou, para usar uma frase da época, “a guerra justa”.⁸

A dramaticidade do extermínio experimentada pela população nativa se verifica analogamente em quase todo o continente. Embora o seu declínio populacional não tenha sido uniforme em intensidade e duração, restam poucas dúvidas de que todas as regiões foram drasticamente afetadas pelos efeitos da conquista, com variações numéricas e temporais condicionadas por diferentes fatores da expansão dos invasores. Conforme estudos realizados por historiadores demógrafos, na região correspondente à Colômbia, uma daquelas que nos interessam aos efeitos deste estudo, nas primeiras décadas após a conquista, a população nativa sofreu um declínio de, mais ou menos, um quarto em relação ao seu tamanho anterior.⁹

Dessa maneira, à medida que as demandas por mão de obra escrava aumentavam e a população indígena perecia de doenças, inanição, fome, mastratos e exaustão por excesso de trabalho físico nas minas, nas *haciendas* e nas cidades, aumentava o contingente de negros trazidos da África para o trabalho nas *plantations*, sobretudo nas áreas de cultivo do tabaco, do algodão, do açúcar, do cacau e, mais tarde, do café no Brasil e na América Central.¹⁰ Paralelo a esse processo, relacionado à conjuntura internacional favorável às exportações de matérias-primas americanas, também crescia o número de libertos em virtude de uma série de razões.

⁵MURRA, John. As sociedades Andinas Anteriores a 1532. In: BETHELL, Leslie. (Org.). **América Latina Colonial**. São Paulo: Edusp, 2004. v. 01. p.79.

⁶ELLIOTT, J. H. A Conquista Espanhola e a Colonização da América. In: BETHELL, Leslie. (Org.). **América Latina Colonial**. São Paulo: Edusp, 2004. v. 01. p. 159; 174-175.

⁷ Sobre essa temática, ver: SOUZA, Adilson Amorim de. O CONAIE e o levante indígena de 1990. **Cadernos do CEAS**, Salvador, v. 224, p. 65-87, outubro/dezembro de 2006; URQUIDI, Vivian et al. Questão indígena na América Latina: Direito internacional; Novo Constitucionalismo e organização dos Movimentos indígenas. **Cadernos PROLAM/USP**, São Paulo, v. 1, n. 8, p. 199-222, 2008.

⁸ALENCASTRO, Luís Felipe de. **O trato dos viventes. A formação do Brasil no Atlântico Sul**. São Paulo: Cia das Letras, 2000.

⁹SÁNCHEZ-ALBORNOZ, Nicolás. A população da América Espanhola Colonial. In: BETHELL, Leslie. (Org.). **História da América Latina. América Latina Colonial**. São Paulo: Edusp, 2004. p. 25-27. v. 02.

¹⁰GRADEN, Dale T. O envolvimento dos Estados Unidos no comércio transatlântico de escravos para o Brasil, 1840-1858. **Revista Afro-Ásia**, Salvador, n. 35, p. 09-35, 2007. p.10.

Alcance da liberdade por pecúlio, por reclamação de maustratos e pedidos de papel de venda;¹¹ formação de família e nascimento de filhos; relações de concubinação e/ou relações extraoficiais com senhores também resultaram no crescente número de mestiços com *status* social e jurídico de liberto. Em alguns lugares, a exemplo de Salvador e Recôncavo baiano, senhores mantiveram cativos os filhos havidos com as suas escravas e somente os libertavam no leito de morte e sob muita pressão.

Em contrapartida, não foram poucos os casos registrados de enriquecimento e regalias desfrutadas por mulheres forras devido às relações de concubinação que mantinham com homens de elevada influência na cidade baiana. O professor de grego Luís dos Santos Vilhena mostrou-se estarecido ao manifestar, em uma de suas cartas manuscritas no final do século XVIII, o prestígio que muitas negras alforriadas desfrutavam, inclusive junto ao fisco e demais órgãos responsáveis pela regulamentação do comércio varejista da capital.¹²

Desde o século XVII, em Salvador e no litoral do Recôncavo, sucediam-se medidas objetivando discriminar melhor os trajés de escravas e mucamas domésticas, a fim de realçar a distância social entre elas e as senhoras brancas. Para Maria Odila Silva Dias, parte dos preconceitos que as desclassificavam socialmente provinha de valores machistas, misóginos, entranhados no sistema escravista e moldados no menosprezo do trabalho e de qualquer ofício de subsistência. De acordo com a autora, além desses processos normativos que tentavam excluí-las socialmente:

(...) também as afetavam os preconceitos advindos da organização da família e do sistema de herança das classes dominantes, que as relegavam como excedentes sociais, mães solteiras e concubinas, parte integrante do próprio sistema de dominação.¹³

Bem distintos, entretanto, eram os comportamentos capilares da vida quotidiana que ditavam as regras de convivência e configuravam laços de afetividade entre indivíduos de diferentes classes sociais. O minucioso e pioneiro estudo realizado por Anna Amélia Vieira do Nascimento, acerca das Freguesias de Salvador do século XIX, demonstrou como alguns portugueses recém-chegados à Bahia logo estabeleciam relações conjugais com libertas, constituindo família e aumentando a prole, formando a classe de mestiços que tomaria conta das

¹¹Na América espanhola, com base nos códigos que regiam a escravidão, o escravo maltratado por seu senhor possuía o direito de solicitar a sua venda para outro amo por meio de uma escritura chama assim de “papel de venda”.

¹²VILHENA, Luís dos Santos. **A Bahia no século XVIII**. Salvador: Editora Itapuã, 1969. v. 01. p. 127.

¹³DIAS, Maria Odila Leite da Silva. **Quotidiano e Poder em São Paulo no século XIX**. 2. ed. São Paulo: Brasiliense, 1995. p.16.

ruas e freguesias da cidade portuária baiana.¹⁴ São aspectos da vida cotidiana da escravidão, da liberdade e da miscigenação, comuns em certas áreas da América Latina, explorados, portanto, na segunda parte do presente texto.

O fenômeno da condição social escrava, bem como da condição de liberto e da mestiço é um tema que vem estimulando os historiadores a enveredar seus estudos pelo universo cultural, para compreender os modos como negros e mestiços interagiram com o meio social e conseguiram, de alguma maneira, transpor barreiras institucionais que visavam mantê-los excluídos da sociedade dos “brancos”. Conseqüentemente, um dos ramos da produção historiográfica latino-americana que mais tem crescido nos últimos anos é a perspectiva da História Comparada. Em países como Argentina, Venezuela, Colômbia, México, Peru, Chile e Brasil, além de algumas ilhas caribenhas, crescem os resultados de estudos e intercâmbios entre pesquisadores locais, entre si e com universidades de países de raízes ibéricas ou não.¹⁵

Isso tem permitido o estreitamento dialógico entre pesquisadores continentais e a troca de suas experiências tem favorecido o estudo de situações análogas e convergentes de processos históricos envolvendo diferentes regiões das Américas em períodos históricos bem próximos. Diante dessa interligação espacial que se intensifica a partir do século XVI, histórias e historiografias desconectadas, autônomas, restritas a pequenas circunscrições territoriais e grupos específicos, de fronteiras rígidas, vêm perdendo importância. Geralmente, insistem nas singularidades (que nem sempre são realmente únicas), em detrimento das ligações com processos históricos bem menos simples, salienta Paiva.¹⁶

Nesse sentido, não se trata de uma História Comparada que enfoca a pura observação de fenômenos similares e/ou singulares de áreas díspares. Não se trata também de pôr verniz novo em cobertura de madeira velha. Como bem ressaltou Paiva, comparar, conectando culturas ora preservadas fora de seu ambiente, ora modificadas, mas, inclusive, modificadas de maneira semelhante em regiões muito distintas (culinária, ritmos, e religiões sempre fornecem bons exemplos), bem como conectando elementos de origem múltipla, “nascidos” quase que igualmente em locais diferentes, e, talvez, simultaneamente, não deve, portanto, ser

¹⁴NASCIMENTO, Anna Amélia Vieira. **Dez freguesias da cidade do Salvador. Aspectos sociais e urbanos do século XIX**. Salvador: EDUFBA, 2007. p. 69.

¹⁵Ver, por exemplo: PAIVA, Eduardo França; IVO, Isnara Pereira. **Escravidão, mestiçagem e histórias comparadas**. São Paulo: Annablume, 2008; MARQUESE, Rafael de Bivar; BERBEL, Márcia. **Escravidão e Política. Brasil e Cuba. 1790-1850**. São Paulo: Hucitec, 2010; GOMES, Flávio; FERREIRA, Roquinaldo. A miragem da miscigenação. **Novos Estudos**, São Paulo, n. 80, p. 141-160, 2008; SCHWARTZ, Stuart B.; LOCKHART, James. **A América Latina na época colonial**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002; AZEVEDO, Célia Maria Marinho de. **Abolicionismo. Estados Unidos e Brasil, uma história comparada (século XIX)**. São Paulo: Annablume, 2003.

¹⁶PAIVA, Eduardo França; IVO, Isnara Pereira. **Escravidão, mestiçagem e histórias comparadas**. São Paulo: Annablume, 2008. p. 25.

procedimento confundido com a clássica História Comparada, de padrões históricos predefinidos e de cunho evolucionista, estruturalista, determinista e, ainda, economicista.¹⁷

Seguindo essa perspectiva, o propósito deste pequeno ensaio é analisar, comparativamente, o trabalho compulsório e as formas de manumissão em duas regiões específicas e portuárias das Américas, a saber: Salvador, a primeira capital do Brasil e Cartagena de Índias, principal porto do vice-reino de Nova Granada, na Colômbia. Por questões instrumentais, o texto não enfocará detalhadamente Havana e Rio de Janeiro, outros dois portos de grande importância nas Américas. Apenas algumas referências a eles serão feitas no decorrer da narrativa.

O trabalho escravo e livre nas áreas portuárias

As principais cidades portuárias das Américas geralmente possuíam estruturas destinadas à acomodação temporária de cativos, carentes de um período de regeneração após o longo trajeto em apertados *deques* dos negreiros que navegavam pelo mar atlântico. Nas imediações do porto, além de estaleiros, armazéns e lojas de molhados, dispostos de frente para o mar ou rodeando um golfo ou uma baía, observadores de época descreveram a existência de galpões com a finalidade específica de regenerar e engordar os anêmicos africanos recém-chegados da longa e dolorosa travessia atlântica. Além do alimento, repouso e trato de possíveis doenças, aquele também era o momento para acostumá-los com o novo mundo e prepará-los para o mercado de seres humanos, sempre funcionando também nas proximidades portuárias.¹⁸

Calcula-se que foram trasladados para as Américas cerca de 2,2 milhões de africanos desde as primeiras décadas de implantação do tráfico até o ano de 1780. Ou seja, aproximadamente 79.000 pessoas chegavam anualmente, aos diversos portos americanos.¹⁹ Conforme assevera Eduardo Paiva, é possível que, em boa parte do período quinhentista, tenham entrado mais africanos nas colônias espanholas do que na América portuguesa, e, em

¹⁷PAIVA, Eduardo França; IVO, Isnara Pereira. **Escravidão, mestiçagem e histórias comparadas**. São Paulo: Annablume, 2008. p. 15.

¹⁸Para uma descrição sobre a praça comercial de Salvador, ver: MATTOSO, Kátia M. de Queiroz. **Bahia: A cidade do Salvador e seu mercado no século XIX**. São Paulo: Hucitec, 1978. p. 171-172; REIS, João José. De olho no canto: trabalho de rua na Bahia na véspera da abolição. **Revista Afro-Ásia**, Salvador, n. 24, p. 199-242, 2000. Para a América espanhola, ver BLACKBURN, Robin. **A construção do escravismo no Novo Mundo. Do Barroco ao Moderno. 1492-1800**. Rio de Janeiro: Record, 2001.

¹⁹KLEIN, Herbert. Novas interpretações do Tráfico de Escravos do Atlântico. **Revista de História**, São Paulo, p. 03-25, jan-jul, 1989. p. 1. É bom que se relativize esses valores, pois outros historiadores apontam números para mais e outros para menos. Ver a esse respeito, GOMES, Flávio et al. **Cidades Negras. Africanos, crioulos e espaços urbanos no Brasil escravista do século XIX**. 2ª ed. São Paulo: Alameda, 2006.

grande medida, pelas mãos e naus lusitanas.²⁰ Isso se explica, em parte, pela rápida descoberta das minas de prata, do desenvolvimento das lavouras nas ilhas caribenhas e do extermínio da população indígena em curtíssimo tempo.²¹ Baseando-se em cálculos pouco otimistas, é provável que, em boa parte da América espanhola, 90% da população indígena já haviam, sumariamente, desaparecido em um período inferior a cem anos.²²

Em alguns casos, o tráfico de africanos também contribuiu decisivamente para o agravamento das perdas humanas nativas, pois as cidades portuárias eram a porta de entrada para as doenças procedentes do além-mar. Por volta de 1588, por exemplo, uma epidemia se instalou na cidade de Cartagena de Índias, através de um carregamento recém-chegado de escravos, espalhando-se rapidamente por quase toda a Colômbia. Do litoral, avançou para Bogotá, depois foi para Quito, Lima, Cuzco, o Alto Peru e finalmente chegou ao Chile. Os cálculos da mortandade são assustadores e não foi apenas essa febre que vitimou os nativos. O tifo, a varíola, o sarampo, a gripe e outros tipos de males abateram comunidades praticamente inteiras de aborígenes logo nas primeiras décadas da invasão.²³ Embora nos séculos seguintes à conquista tenha ocorrido um crescimento demográfico de algumas etnias autóctones, estas jamais alcançariam os patamares anteriores ao desastre ocorrido entre os séculos XV e XVI.²⁴

Apesar da sua perenidade, é somente no início do século XVIII, que os escravos se tornam a principal exportação da África. Foi somente nesse período e na primeira metade do século XIX, que quatro quintos de todos os escravos foram transportados para a América. Do total de africanos que ingressaram até o início do oitocentos na América, nada menos do que aproximadamente 40% vieram parar no Brasil, invertendo, assim, a tendência inicial, ou seja, quase dois quintos de todos os escravos transportados para o *Novo Mundo*, - quase 10 milhões -

²⁰PAIVA, Eduardo França.; IVO, Isnara Pereira. **Escravidão, mestiçagem e histórias comparadas**. São Paulo: Annablume, 2008. p. 19.

²¹KLEIN, Herbert S. **Escravidão africana. América Latina e Caribe**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1987. BLASKBURN, Robin. **A construção do escravismo no Novo Mundo. Do Barroco ao moderno 1492-1800**. Rio de Janeiro: Record, 2001; SCHWARTZ, Stuart B. **A América Latina na época colonial**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002; GRUZINSKI, Serge; BERNAND, Carmen. **História do Novo Mundo. Da descoberta à conquista, uma experiência européia. (1492-1550)**. São Paulo: Edusp, 2001.

²² WACHTEL, Nathan. Os índios e a conquista espanhola. In: BETHELL, Leslie. (Org.). **História da América Latina. América Latina Colonial**. São Paulo: Edusp, 2004. v. 1. p. 195-239.

²³ SÁNCHEZ-ALBORNOZ, Nicolás. Op. Cit., p. 34.

²⁴Em alguns casos foram necessários apenas dois anos para a dizimação completa e deportação em massa de nativos para a Espanha, como escravizados, como foi o caso da Ilha Hispaniola, devastada pelos conquistadores entre os anos 1494-1496. GRUZINSKI, Serge; BERNAND, Carmen. Op. Cit., p. 275. Ver também, sobre a conquista e o extermínio dos aborígenes, os seguintes textos: VAINFAS, Ronaldo. Colonialismo e idolatrias: Cultura e Resistência Indígenas no Mundo Colonial ibérico. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, p. 101-124, 1991; VAINFAS, Ronaldo (Org.). **América em tempo de conquista**. Rio de Janeiro: Zahar Editor, 1992; ELLIOTT, J. H. Op. Cit.; HEMMING, John. **La Conquista de los Incas**. México: Fondo de Cultura económica, 2000; ALBORNOZ, Nicolás Sánchez. A população da América espanhola colonial. In: BETHELL, Leslie. (Org.). **História da América Latina, América Latina Colonial**. São Paulo: Edusp, 2004. v. 1.

sobretudo a partir do século XVIII e princípios do XIX.²⁵ Por conta disso, as cidades portuárias em apreciação possuíam populações densas, se comparadas e considerando os padrões populacionais das demais áreas de colonização, excetuando-se, evidentemente, os locais de extração mineral, como foi o caso da Vila Imperial de Potosi, no Alto Peru, e nas Minas Gerais do Brasil.²⁶

Em certa medida, foi isso que deu contorno e esplendor arquitetônicos às cidades portuárias, pois muita gente ganhou dinheiro com o comércio de escravos, não hesitando em ostentar o luxo e a extravagância por meio de construções imponentes e aquisição de escravos domésticos e de rua. Ademais, essas cidades careceram da montagem de todo um aparato administrativo e religioso para regular e controlar minimamente os negócios realizados nos portos, o que resultou na construção de admiráveis e suntuosos prédios coloniais, como as alfândegas, palácios de governo, câmaras municipais, cabildos, palácios inquisitoriais, muitos deles existentes até os dias atuais. A esse exemplo, podemos visualizar nas imagens abaixo o antigo *Cabildo* de Buenos Aires, antiga região do Vice-Reino do Rio da Prata, o prédio da *gobernacion*, da Alfândega e o Teatro Municipal de Cartagena de Índias, na Colômbia, este último construído já no período tardio do século XIX.

²⁵KLEIN, Herbert. Novas interpretações do Tráfico de Escravos do Atlântico. **Revista de História**, São Paulo, n. 120. p. 3-25, jan-jul, 1989. Ver também, GOMES, Flávio dos Santos et al. Op. Cit., p.8.

²⁶Segundo o estudo de Cleber Cristiano Prodanov, em 1573 a vila imperial de Potosi reunia não menos de que 120.000 habitantes, dos quais 90% eram indígenas. In: PRODANOV, Cleber Cristiano. **Cultura e sociedade mineradora. Potosi, 1569-1670**. São Paulo: Annablume, 2002. p. 67. Ver também: BAKEWELL, Peter. A mineração na América Espanhola Colonial. In: BETHELL, Leslie (Org.). **História da América Latina, América Latina Colonial**. São Paulo: Edusp, 2004. v. 1; NOEJOVICH, Héctor Omar; SALLES, Estela Cristina. La desconstrucción y reconstrucción de um discurso histórico: a propósito de La mita toledana. **Frotera de La Historia**, Bogotá, n. 11, p. 405-432, 2006.



Figura 1: *Cabildo* de Buenos Aires.



Figura 2: Teatro Municipal de Cartagena de Índias.



Figura 3: *Gobernacion* de Cartagena.



Figura 4: Alfândega de Cartagena de Índias.

(Figura 1 - originária de visita guiada à cidade de Buenos Aires, Dezembro de 2009; Figuras 2, 3 e 4 - originárias de visita guiada à cidade de Cartagena, Agosto de 2010)

Ao final do século XVI e princípios do XVII, a fascinante cidade de Cartagena de Índias já era um importante porto negreiro do vice-reino de Nova Granada e apresentava características bem peculiares.²⁷ Fundada logo após a cidade de Santa Marta, Cartagena, a partir de 1533, tornara-se o principal porto da América do Sul e a única saída atlântica do Peru.²⁸ Dentre outras razões, sua ascensão como cidade grandiosa fora resultado da supressão do monopólio do tráfico de africanos em 1778, comércio que já era disputado pelos contrabandistas caribenhos de diferentes nações desde os primórdios da conquista. Ali, homens de negócios e traficantes costumavam reter cativos, por um longo período, antes de vendê-los e despachá-los para as terras do Alto Peru, Guayaquil, Quito e Panamá. Muitos escravizados, nesse ínterim, conseguiram, de alguma maneira, a sua liberdade e continuaram vivendo na própria urbe, fosse morando sozinhos, fosse dividindo habitações com ex-senhores, com outros libertos ou com escravos.²⁹

Além disso, Cartagena foi, desde os primórdios da conquista e da implantação do escravismo, uma região na qual a instabilidade política e a administrativa foram questionadas pelos levantes escravos, fruto da concentração de africanos justamente naquelas imediações

²⁷Sobre a produção historiográfica Cartagenera, ver: MÚNERA, Alfonso. **Fronteras imaginadas. La construcción de las razas y de La geografía em El siglo XIX colombiano.** 2 ed. Bogotá: Planeta, 2005.

²⁸ GRUZINSKI, Serge.; BERNAND, Carmen. **História do Novo Mundo. Da Descoberta à Conquista, uma experiência Europeia (1492-1550).** São Paulo: Edusp, 2001, p. 540.

²⁹ GIOLLITO, Loredana. Esclavitud y Libertad em Cartagena de Índias. Reflexiones em torno a um caso de manumission a finales del periodo colonial. **Fronteras de La Historia,** Bogotá, v. 08, p. 65-91, 2003. p. 66.

portuárias. Assim, desde 1540, agentes coloniais se esforçavam para obter uma trégua junto aos quilombolas da região, coisa que só vieram a alcançar por volta de 1693.³⁰ Tudo nos faz acreditar que para lá não se dirigiam apenas negros fugidos; índios também devem ter procurado esses espaços como abrigo seguro e temporário, como ocorreu em diversos casos no Brasil, sobretudo na Bahia, onde fugas escravas coletivas e formação de quilombos já ocorriam desde 1575.³¹

Dessa maneira, já no século XVIII, a sociedade cartaginesa havia se transformado através de um longo processo de mestiçagem e pela emancipação de numerosos escravos. A alta densidade de negros e mulatos – livres e escravos – havia conformado um “ambiente” favorável às diversas formas de manumissões, em relação aos escravos empregados no setor agrário ou mineiro. Já que os escravos cartagineses não estavam relegados aos bairros ou áreas periféricas, senão que residiam em todo o espaço urbano, viviam ao lado das pessoas livres, participavam dos eventos da cidade e estavam presentes em todos os recintos de intercâmbio e circulação de ideias, informações e notícias. As mulheres escravas chegavam às ruas de Cartagena vendendo alimentos, e os homens se ofereciam como trabalhadores jornalheiros. A proximidade física entre senhores e escravos havia influenciado, positivamente, nas manumissões concedidas aos últimos, ainda que o dinheiro ganho com o trabalho de jornal fosse o principal meio utilizado por muitos deles para adquirir a liberdade.³²

Através da realização de um minucioso censo, datado de 1777, é perceptível a organização espacial da majestosa Cartagena de Índias. Segundo o relatório dos recenseadores, a cidade estava dividida em cinco bairros: Nossa Senhora das Mercês, Santa Catarina, São Sebastião, São Toríbio e Getsemaní. Desses, o mais populoso era o Getsemaní, onde moravam 4.072 pessoas. Os demais logradouros apresentavam os seguintes contingentes: em São Toríbio residiam 3.163 indivíduos; Nossa Senhora das Mercês, 1.611; São Sebastião, 1.608. Por conta do extravio dos dados relativos ao bairro de Santa Catarina, não há como saber o quantitativo populacional daquele bairro, mas suspeita-se que ali residiam aproximadamente 2.500 pessoas. Era o berço de boa parte da elite crioula e peninsular da cidade, além de morarem aproximadamente 250 artesãos dos mais diferentes ofícios. Ao todo, a cidade contava com um total aproximado de 13.000 habitantes, ao menos em seus bairros centrais, pois não há maiores detalhes se pessoas moradoras em cercanias e zonas rurais ficaram de fora do recenseamento.³³

O censo daquele ano ainda apontou outro detalhe bastante importante para nós historiadores. Do total arrolado, nada menos de que 63% da população urbana eram mulatos,

³⁰ GOMES, Flávio; FERREIRA, Roquinaldo. A miragem da miscigenação. Op. Cit., p. 144.

³¹ Ibidem.

³² GIOLLITO, Loredana. Op. Cit., p. 67.

³³ RODRÍGUEZ, Pablo. Família e vida urbana no cotidiano da América Colonial: Cartagena de Índias no século XVIII. **Revista Tempo**, Rio de Janeiro, v. 8, p. 01-08, 1999. p.02.

15% escravos, 6% negros, 15% branca e 1% peninsular. Somados os índices dos três primeiros grupos, percebe-se que 84% da população eram compostos de descendentes diretos ou próximos de africanos. Supondo que a categoria *mulato* tenha sido aplicada para qualificar os indivíduos livres, ao passo que escravos para os negros nascidos na América e os negros seriam africanos, os não brancos constituíam a grande maioria da população cartagenera do século XVIII.

Se tal hipótese for procedente, Cartagena de Índias possuía uma população muito semelhante à da cidade do Salvador, em particular, e em geral à do Brasil para o mesmo período.³⁴ Ainda conforme o censo cartaginense, nos quatro bairros arrolados, havia 1.671 cativos constituindo 15% da população vivendo em 331 fogos dos 2.300 da cidade. E, desse total, nada menos do que 60% eram mulheres que desempenhavam principalmente os afazeres de casas, acompanhavam suas senhoras em desfiles de rua ou exerciam algum tipo de ganho para seus senhores.³⁵ A classe senhorial *cartagenera* fazia questão de ostentar o luxo e o *status* construindo bonitos sobrados alastrados pela cidade, cujos espaços no interior, além de belos pátios com jardins floridos, mantinham compartimentos destinados à acomodação dos cativos.

É curioso como aquele exacerbado número de escravas africanas em Cartagena, que superavam, em muito, os homens, se repetiu em todas as Freguesias de Salvador no mesmo período, inclusive na Sé, a mais importante e central Freguesia da capital, centro do poder e sede administrativa da Colônia por mais de duzentos anos.³⁶ Carlos Eugênio Líbano, em minucioso estudo de batismo de africanos nas Freguesias de Salvador, afirmou que esse fenômeno - o qual contraria a vasta produção historiográfica que sempre colocou a maior remessa de homens sobre as mulheres - explica-se pelas peculiaridades da escravidão urbana (serviços de *ganho* e doméstico), pois estes seriam responsáveis por deter as mulheres no tecido urbano, enquanto os engenhos do Recôncavo Baiano e as Minas Gerais carreavam os homens em maioria para o trabalho pesado.³⁷ É isso que também pode explicar a peculiaridade da escravidão feminina *catagenera*, pois, como porto receptor de negreiros, Cartagena de Índias era o centro distribuidor de cativos para todas as partes do Vice-Reino de Nova Granada e também do Alto Peru. Parece-nos plausível que os tipos de atividades desempenhadas no

³⁴Ver a esse respeito, os seguintes autores: DIAS, Maria Odila Leite da Silva. Forros e brancos... Op. Cit., v. 3, t. 2, cap. 22; SCHWARTZ, Stuart B. Roceiros e escravidão: alimentando o Brasil nos fins do período colonial. In: _____. **Escravos, Roceiros e Rebeldes**. São Paulo: Edusc, 2001; RUSSEL-WOOD, A. J. R. **Escravos e Libertos no Brasil Colonial**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005; MATTOSO, Kátia M. de Queiroz. **Bahia: A cidade do Salvador e seu Mercado no século XIX**. São Paulo: Hucitec, 1978. p. 112.

³⁵RODRÍGUEZ, Pablo. Op. Cit., p. 06.

³⁶SOARES, Carlos Eugênio Líbano. "Instruído na fé, batizado em pé": Batismo de africanos na Sé da Bahia na 1ª metade do século XVIII, 1734-1742. **Revista Afro-Ásia**, Salvador, n. 39, p. 82-83, 2010.

³⁷SOARES. Carlos Eugênio Líbano. Op.Cit., p. 93-94.

interior da colônia hispânica, como o trabalho nas *haciendas* e nas minas eram destinados a africanos de preferência, e não às mulheres.³⁸

A predominância de escravos na cidade também era um claro sinal da dependência das elites em relação aos serviços essenciais quotidianamente desempenhados por eles, pois, conforme os preceitos ibéricos, a condição de nobre dependia dos níveis de ociosidade desfrutada e da distância mantida dos serviços manuais. Por essa razão é que muitos cativos residiam nas próprias casas senhoriais ou, quando não compartilhavam esses espaços, viam-se obrigados à rígida disciplina no cumprimento dos horários de labor, como o transporte dos vasos sanitários, contendo dejetos, para o despejo nas praias nas imediações da cidade. Outros carregavam *cadeiras de arruá* e liteiras. Mulheres cativas cozinhavam para as famílias e aprontavam iguarias para a venda nas ruas estreitas de Cartagena, como as ganhadeiras faziam também no Rio de Janeiro, na Ilha de Itaparica e em Salvador da Bahia. Nessa última praça comercial, conforme o registro sagaz do professor Vilhena, era muito frequente assistir, no século XVIII, a um grupo de oito ou dez escravas negras sair das casas das famílias mais nobres para vender suas mercadorias pelas ruas da cidade baiana.³⁹

Artesão, pescador, vendedor de tecidos - frutos do contrabando mantido entre seus senhores com navios estrangeiros que traziam mercadorias da costa da África ocidental sem pagar impostos à coroa -, além de uma infinidade de outros ofícios eram exercidos por escravos registrados como domésticos, mas que exerciam versatilmente muitas tarefas de rua. Seus senhores eram bastante conhecidos no meio social e a prática de seus escravos sonegarem impostos, lidarem com mercadorias clandestinas ou monopolizarem certos gêneros de primeira necessidade, a exemplo do pescado, era um claro sinal da influência política exercida por seus respectivos amos.⁴⁰

E, assim, os negócios fortuitos, o contrabando, o tráfico de escravos, a produção de açúcar, do fumo, algodão, café, cacau e a extração de minérios estimulavam o crescimento das cidades portuárias americanas e as projetavam no cenário mundial.⁴¹ Hoje, Cartagena possui um dos mais belos sítios arquitetônicos de toda a América Hispânica. Sua cidade barroca “*amuralhada*”, ou “*corralito de piedras*” – cujo denso paredão se prolonga por mais de três mil

³⁸ Ver, sobre isso, PRODANOV, Cleber Cristiano. **Cultura e Sociedade Mineradora: Potosi, 1569-1670**. São Paulo: Annablume, 1998. Nesse estudo, o autor destaca, a partir de fontes históricas pesquisadas em arquivos Latino-americanos, dados populacionais da região de Potosi, com destaque para os africanos que ingressaram na região do Alto-Peru já no século XVI, a maioria deles através do Brasil. Ver principalmente as páginas 67, 72-73.

³⁹ VILHENA, Luís dos Santos. Op. Cit., Capítulos II; III.

⁴⁰ RUSSELL-WOOD, A. J. R. **Escravos e libertos no Brasil Colonial**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005. p. 65-66; VILHENA, Luís dos Santos. Op. Cit.

⁴¹ Sobre o contrabando nos mares do Caribe e em Cartagena de Índias, ver: MEZA, Ruth Gutierrez. Contrabando, redes y poder local. En La Guajira de La segunda mitad Del siglo XVIII. **Taller de la Historia**, Cartagena, p. 223-240, 2009.

metros de comprimento -, com ruas estreitas e irregulares, calçadas de pedras, formam quadras por onde casas de moradias, com paredes singelas, seguem formando quarteirões inteiros, alternando-se com sobrados, prédios eclesiásticos, edifícios oficiais, da *governacion*, suntuosas igrejas, grandes mosteiros, praças, um esplêndido porto e o prédio da Inquisição.

Por volta do século XVIII, mais da metade das casas de moradia, sobretudo aquelas localizadas nos bairros de Santa Catarina e Nossa Senhora das Mercês, era composta de dois andares, os conhecidos *sobrados*.⁴² As duas imagens abaixo mostram alguns sobrados em uma das ruas e o muro que cerca a cidade cartagenera.



Figura 5: Uma das ruas da cidade “amuralhada”.



Figura 6: O *Corralito de piedras*.

(Figuras 5 e 6 - originárias de visita guiada à cidade de Cartagena, Agosto de 2010)

De acordo com Rodríguez, as residências localizadas nesses bairros possuíam em geral uma escada de acesso ao andar superior, onde um longo corredor dava entrada às alcovas, moradias de gente dos mais variados *status* social e condição jurídica. Alternavam com casas de moradas, domicílios modestos de pequenos comerciantes, agricultores, com três ou quatro quartos em formato de L ou U, onde residiam os negociantes e suas famílias, além de agregados e cativos.⁴³

Já em São Toríbio e Getsemani, o mais comum eram as casas de um só pavimento, composto por uma ou duas alcovas e cozinha. Rodríguez encontrou as seguintes características dos bairros típicos onde viviam os mais pobres e os escravos. Ali eles também, assim como em outras partes da América Latina, construíram as suas igrejas e confrarias, importantes instituições responsáveis pelo conforto, amparo e compra da liberdade de muitos dos seus irmãos:

As moradias mais pobres eram cabanas com paredes de pau, palhas ou canas e teto coberto com folhas de palmeira. O espaço dessas casas estava

⁴²Ver sobre isso: TELLEZ, German; HERAZO, Donaldo Bossa. (Org.). **Herencia Colonial em Cartagena das Índias**. Bogotá: Fondo Cultural Cafetero, 1980.

⁴³RODRIGUEZ, Pablo. Op. Cit., p. 02.

diretamente ligado ao tipo social de seus habitantes. Nas mais estreitas, que eram as da gente mulata e negra, viviam menos de dez pessoas.⁴⁴

E mais:

Nesses bairros proliferou um tipo de casa peculiar: uma edificação ampla com subdivisões que chegavam a conformar vinte ou mais quartos. Ali viviam negros escravos e libertos. Perto desses casarões, não devemos esquecer que ficavam as casas de cabildo das etnias carabali, luango, fofo, arará, mina, lucumi e chalá.⁴⁵

Já os bairros de São Sebastião e Nossa Senhora das Mercês foram predominantemente ocupados por burocratas, comerciantes e grandes proprietários de terra e imigrantes brancos que chegaram à cidade na segunda metade do século XVIII e optavam por alugar quartos das casas que acomodavam aproximadamente cinquenta pessoas. Nesses bairros, o total de brancos alcançava cerca de 22% dos habitantes.

Parece ter se delineado um plano urbanístico em Cartagena para segregar parcialmente a elite branca da população escrava e seus descendentes. No entanto, isso não excluiu radicalmente o contato entre ambos, pois, conforme as próprias informações do censo, muitos agregados e escravos viveram sob o mesmo teto dos seus amos, às vezes até dividindo as alcovas. Enfim, era a própria necessidade da execução dos trabalhos domésticos e a ostentação de possuir cativos que levavam senhores brancos a manter cativos em suas moradas, além das maiores facilidades em observá-los atentamente.

Situada ao fundo de uma baía assaz perigosa, cujas rotas marítimas, de entrada e saída, foram bem estudadas pelos conquistadores espanhóis, os quais construíram fortificações nos extremos continentais com vistas a impedir as constantes “invasões” dos corsários franceses,⁴⁶ holandeses e ingleses, o acesso marítimo a essa baía é feito por meio de duas “bocas”, conhecidas como “*bocachica*” e “*boca grande*”. Em decorrência da condição de centro econômico por onde a maior parte da riqueza extraída do interior da colônia era despachada para a Espanha, Cartagena tornou-se uma cidade extremamente cobiçada pelos piratas caribenhos.⁴⁷ Fora saqueada várias vezes, reconstruída, atacada seguidamente sem sucesso. Em outras oportunidades, seus habitantes viveram momentos de pânico geral. Há um dito corriqueiro do período colonial que afirmava: *o habitante cartaginês era, antes de tudo, um soldado de prontidão, cuja vida dependia da defesa incondicional da própria cidade*. Não foi

⁴⁴Ibidem.

⁴⁵Ibidem.

⁴⁶Para uma leitura a esse respeito, ver: TRUJILLO, Nhora Patricia Palacios. **La utopia de um paraíso. Los Franceses em Colômbia**. Colômbia: Planeta colombiana, 2009; LASERNA, Arturo Aparicio. **Memórias de Cartagena. Mar de Sangre**. Bogotá – Colômbia: Cuéllar Editores, 2006.

⁴⁷BLACKBURN, Robin. A escravidão e a América espanhola. In: _____. **A construção do escravismo no Novo Mundo. Do Barroco ao moderno. 1492-1800**. Rio de Janeiro: Record, 2001.

sem razão que, nos fins do século XVI e meados do XVII, aquela baía já contava com sete fortificações contendo baterias de canhões inigualáveis.⁴⁸

As constantes ameaças de corsários forçaram as cidades portuárias - e portas de entrada das ricas colônias ibéricas - a desenvolver sistemas de defesa muito semelhantes, e isso se aproximou em muito nos seus aspectos arquitetônicos militares. Assim como Cartagena de Índias, Salvador foi assediada por diversas vezes, ocupada pelos holandeses, em 1624, parcialmente destruída; franceses navegaram pela região de Camamu e em alguma parte do rio Paraguaçu desde os primeiros anos do século XVI.⁴⁹ Por conta disso, a coroa lusitana implantou um sistema de fortificações cujas instalações se assemelhavam bastante àquelas fortalezas dispostas na Baía de Cartagena. Como grandes golfos, as guarnições foram implantadas em locais que visavam bloquear a penetração de embarcações inimigas por meio de bombardeios sincronicamente combinados pelas laterais e frontais. A disposição desses fortins pode ser bem analisada através dos mapas da época das cidades aqui comparados.

Em Salvador, cabeça do mundo português na América até meados do século XVII, posição correspondente à sua centralidade na carreira das Índias, assim como em Cartagena, era a própria população responsável pela guarnição e proteção da cidade. Desde os primórdios da colonização, segundo as primeiras cartas de organização político-administrativa e regimentos entregues aos Governadores Gerais, seus habitantes foram obrigados a possuir armamentos na conformidade do número de membros da família ou de exploração econômica (o engenho).⁵⁰ Foi somente a partir da invasão holandesa que definitivamente a coroa lusitana resolveu empreender medidas no sentido de construir fortificações e manter guarda regular, capazes de conter as investidas estrangeiras.

Foi também nesse ambiente que floresceu uma população mestiça, ocupando os principais bairros da cidade do Salvador e desempenhando ofícios dos mais variados. Por volta do final do século XVIII, dois anos antes daquele recenseamento feito na cidade de Cartagena de Índias, fora realizado em Salvador, no ano de 1775, um censo. Este revelou uma população total de 35.253 habitantes, composta por 12.720 brancos, 4.207 mulatos livres, 3.630 negros livres e 14.696 escravos. Em 1807, a população total soteropolitana crescera para 51 mil habitantes. Da mesma maneira, a população, que tivera 36% de brancos e 64% de pessoas de cor em 1775, aumentara seu setor de cor para 72% (20% de mulatos, 52% de negros), ao passo

⁴⁸Ver sobre isso: TELLEZ, German (Org.). **Herencia Colonial em Cartagena d Índias**. Bogotá: Litografia Arco/Fondo Cultural Cafetero, 1980. p. 16; LASERNA, Arturo Aparicio. **Memorias de Cartagena. Mar de Sangre**. Bogotá, Colômbia: Cuéllar Editores, 2006.

⁴⁹ SOUZA, Gabriel Soares de. **Tratado descritivo do Brasil em 1587**. 9 ed. Recife: Fundação Joaquim Nabuco, 2000. p.4.

⁵⁰COSTA, Luíz Monteiro da. **Na Bahia Colonial. Apontamentos para História Militar da cidade do Salvador**. Salvador: Livraria Progresso, s/d. P.II. Introdução de Pinto de Aguiar.

que o setor branco recuou para 28%. Duas décadas e meia mais tarde, em 1798, uma contagem mais ampla revelou que pardos e negros livres em todo o Brasil somavam 406 mil, ao passo que pardos escravos 221 mil e escravos negros 1.361. Em 1872, de acordo com o censo daquele período, os pardos livres já alcançaram a contagem de 3.324,278.⁵¹

Embora pouco precisos, os dados do censo registraram um crescimento bastante significativo da população descendente de africanos com ênfase nos mulatos durante o século XVIII tanto em Salvador quanto em Cartagena. Essa tendência se manteve firme nas duas décadas precedentes ao movimento de Independência e formação das nações, tendo a miscigenação se afigurado mais fortemente na Bahia (e demais áreas do Brasil Setentrional) e em Minas Gerais do que em outras regiões. Além disso, percebeu-se a elevação global de pessoas de cor livres com a predominância marcante de mulatos livres sobre negros livres.⁵² Esses resultados demonstram o quanto as duas cidades americanas apresentavam semelhanças, também no que tange à sua população.⁵³

Por isso, nos primeiros decênios do século XIX, era tão comum o registro de pardos, crioulos e africanos, libertos e escravos, residindo em conhecidas ruas do centro da cidade baiana. Carregadores de cadeira de arruá, vendedores de água e de lenha, quitadeiras que vendiam peixes frescos e mingau, remadores de saveiros e gente com venda em portas de casa, viviam no final da Rua das Verônicas, não muito distante do Convento e Ordem Terceira do São Francisco, bairro outrora privilegiado de brancos, por exemplo.⁵⁴

De frente para a praça do mercado da Cidade Baixa, incrustados sob a escarpa que se eleva à Cidade Alta, a administração colonial ergueu o prédio da alfândega, o celeiro público, o Arsenal da Marinha, o Consulado e o prédio da Bolsa de Mercadorias. Homens endinheirados construíram prédios comerciais, lojas de molhados e trapiches, fazendo daqueles recintos também o seu local de moradia. Tratava-se da Freguesia da Conceição da Praia, centro comercial da cidade, onde residiam, em 1801, aproximadamente 8.017 pessoas em 913 residências. Kátia Mattoso descreveu esses prédios baseando-se no conjunto de inventários *post mortem* pesquisados no Arquivo de Salvador. No século XIX, segundo essa historiadora:

⁵¹GOMES, Flávio dos Santos et al. Op. Cit., p. 9.

⁵²RUSSELL-WOOD, A. J. R. **Escravos e Libertos no Brasil Colonial**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005. p. 79-80. Ver também, DIAS, Maria Odila Leite da Silva. Forros e brancos... Op. Cit.; SCHWARTZ, Stuart B. Roceiros e escravidão... Op. Cit.

⁵³Para uma análise bem detalhada dos recenseamentos da Bahia, ver MATTOSO, Kátia M. de Queiroz. **Bahia: A cidade do Salvador e se mercado no século XIX**. São Paulo: Hucitec, 1978. p. 169-188. MATTOSO, Kátia M. de Queiroz. **Bahia: século XIX. Uma Província no Império**. 2 ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira 1992.

⁵⁴NASCIMENTO, Anna Amélia Vieira. **Dez Freguesias da cidade do Salvador. Aspectos sociais e urbanos do século XIX**. Reimpressão. Salvador: Edufba, 2007. p. 69.

A cidade no porto permanece ainda um lugar predileto para os burgueses mercadores que do alto de suas casas de três, quatro e até cinco andares dirigem os destinos de seu pequeno império. A descrição da casa do grande negociante deixada pela tradição histórica é clássica: no térreo o armazém, depósito de mercadorias; no primeiro andar, os aposentos da família do comerciante; no segundo, abrigam-se os caixeiros; no terceiro a escravatura, no quarto e quinto, novamente mercadorias.⁵⁵

Além do número cada vez maior de africanos que chegavam aos portos, uma população flutuante composta de mestiços, descendentes indígenas, pardos, todos eles libertos, circulavam pelas imediações portuárias. Ganhadeiras e quituteiras, escravos com algum tipo de especialização ou mesmo com a simples função de transportar pesadas cargas dos porões dos navios. Homens livres disputavam conflituosamente o reduzido espaço no mercado de trabalho, com escravos ganhadores e com os libertos que tinham seus registros de licença nos chamados “cantos”.⁵⁶ Muitas das ganhadeiras eram prostituídas, mercadoras de pescado, de frutas e verduras, procedentes, por vezes, de locais distantes e caminhavam, com tabuleiros sobre as cabeças, por longas distâncias, pois conheciam as vantagens do frenético e aquecido comércio das praças dos mercados portuários.

Outras, já libertas, viviam e ganhavam dinheiro com a prática de rezadeiras e benzedadeiras. Desempenhavam os mesmos ofícios de cativas e, às vezes, também possuíam escravas ganhadeiras sob seus auspícios, criando, dessa maneira, uma hierarquia de classe no seio da gente de cor quase impossível de distinguir a olho nu, na época, e mais complexo ainda para o historiador nos dias de hoje. Por vezes, essas mulheres eram donas de pequenas vendas estabelecidas nas localidades de suas moradas, mas o vantajoso comércio de varejo e ambulante lhes estimulava a circulação pela cidade e nas proximidades das zonas portuárias. Em Salvador da Bahia, elas ficaram conhecidas pelo olhar crítico do seu maior cronista do século XVIII, o professor Luís dos Santos Vilhena. Elas estavam em toda a parte, anunciando os seus produtos com os cânticos em falas puxadas e dizeres prolongados ao citarem produtos como carne de baleia moqueada, peixes frescos de Itaparica e do Recôncavo, frutas de todos os lugares e doces feitos nos quintais das suas residências.⁵⁷

Por toda a área litorânea da cidade do Salvador, homens e mulheres, escravos e libertos, tiveram a presença registrada em documentos de época, pois eram eles que mais se faziam presentes nos ofícios de rua e lidavam quotidianamente com todos os tipos de violência e arbitrariedades praticadas por autoridades locais e gente de influência política. De soslaio, as

⁵⁵ MATTOSO, Kátia M. de Queiroz. **Bahia: A cidade do Salvador e seu mercado no século XIX**. São Paulo: Hucitec, 1978. p. 175.

⁵⁶ REIS, João José. De olho no canto... Op. Cit.

⁵⁷ VILHENA, Luís dos Santos. **A Bahia no Século XVIII**. Vol. 01, Coleção Baiana, Salvador: Editora Itapuã, 1969.

fontes nos dão pistas de como vivia essa “gente de cor” no universo ibero-americano, pois o trato da rua lhes conferia, além da mobilidade espacial, a prerrogativa de fazer circular ideias e informações de maneira versátil. Em 1874, nas proximidades da área portuária da Ilha e vila de Itaparica, um território insular frontal à Salvador, uma parda, ao depor acerca do que provavelmente sabia a respeito do envenenamento de uma adolescente, revelou a presença de mulheres que viviam dos ganhos naquelas imediações:

(...) que nada sabia, quanto a fatos de maus-tratos ou espancamento que dera lugar a haver envenenamento na pessoa da menor Maria Sabina Ferreira e que é que ouvira dizer pela rua por essas pretas de tabuleiros que se dera o espancamento na dita menor.⁵⁸

Ressalte-se, no relato, o destaque para a ênfase dada às informações passadas pelas “pretas de tabuleiro”. Durante todo o período colonial e depois, as áreas portuárias foram objeto de intensa fiscalização e tentativas de normatizações justamente pelo receio que as autoridades tinham dos inevitáveis contatos e as conexões feitas por escravos e libertos quando estavam trabalhando no cais, transportando mercadorias por meio das embarcações de cabotagem.⁵⁹ Dados níveis de autonomia para ganhar dinheiro com trabalho de ganho, verificou-se, nas cidades portuárias, um elevado número de alforrias em contraposição às expectativas de liberdade vislumbradas por cativos nas zonas rurais e, em certa medida, nas áreas produtoras de minérios. No curso de dois séculos, um elevado número de libertos povoaria essas imediações construindo famílias ou mantendo relações extraconjugais, resultando numa prole de mestiços que comporiam o universo colonial e das nações futuras das Américas.

No limiar do século XIX, Salvador perderia o posto de cidade com maior concentração escrava africana para o Rio de Janeiro. A expansão de certas atividades produtivas, como a cana-de-açúcar - em Campos, Vassouras e Valença, por exemplo - e, principalmente, a valorização e o crescimento do consumo do café em nível internacional, demandaram uma soma cada vez maior de negros escravizados para a futura sede da corte brasileira.⁶⁰ Assim é que naquela cidade seria instalado o maior mercado de escravos do Brasil, o qual atendia pelo nome

⁵⁸APB, Seção judiciária, 01/18/12. Inquérito Policial, Suicídio. Itaparica, 1874. Depoimento da parda Joana Maria de Jesus.

⁵⁹REIS, João José. De olho no canto... Op. Cit., p. 199-242.

⁶⁰Para essas regiões, sugerimos os seguintes estudos: FARIA, Sheila de Castro. **A Colônia em Movimento. Fortuna e Família no Cotidiano Colonial**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998; FLORENTINO, Manolo. **Tráfico, Cativo e Liberdade. Rio de Janeiro, séculos XVIII-XIX**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005; SALLES, Ricardo. **E o Vale era o escravo. Vassouras, século XIX. Senhores e escravos no coração do Império**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008; RODRIGUES, Jaime. **De Costa a Costa. Escravos, marinheiros e intermediários do tráfico negreiro de Angola ao Rio de Janeiro**. São Paulo: Cia. das Letras, 2005.

de *Valongo*, estudado por Mary Karasch.⁶¹ Em pouco tempo, esse comércio ficaria coalhado de seres humanos à venda, mas o crescimento de alforriados também foi assustador.⁶² Em 1799, havia nas freguesias urbanas cariocas 14.986 escravos e 8.812 libertos. O percentual de cativos de 34% diminuiria para 16% em 1872. Ainda assim, segundo Gomes, o número de escravos nas freguesias urbanas chegaria quase aos quarenta mil.⁶³

Retroagindo um pouco, por volta de 1821, ainda de acordo com Flávio Gomes, os escravos já representavam 45,6% da população das seguintes freguesias urbanas: Sacramento, São José, Candelária, Santa Rita e Santana. Somando freguesias urbanas e rurais do município carioca, os cativos já alcançavam 48,8% com mais de 55 mil. E, desse total, mais de 65% dos escravos viviam nas freguesias urbanas. Em 1838, esse índice chegaria a 78% e, em 1870, a aproximadamente 81,2%. Já em 1872, o município do Rio de Janeiro, nas cinco freguesias urbanas, contava com os seguintes números: escravos representavam um pouco mais de 14% do total da população geral; no entanto, pretos e pardos livres atingiam o índice de 23,7%. Considerando apenas os africanos (livres e cativos) residentes nessas freguesias, tem-se o percentual de 38,3%. Em resumo, conforme o censo de 1872, na capital do Rio de Janeiro havia 48.939 escravos. Nas áreas rurais, os principais municípios escravistas eram Campos (com 32.620 escravos), Valença (com 23.496) e Vassouras (com 20.168).⁶⁴ Mas, voltemos nossos olhares para o cotidiano de escravos e libertos nas duas cidades portuárias em destaque.

Entre papéis e testamentos: as manumissões

Desde os primórdios da fundação da cidade “amuralhada”, viviam os escravos nos espaços urbanos, compartilhando moradias, estabelecendo intercâmbio e circulando ideias, informações e notícias de lugares distantes. Assim como em Salvador, mulheres escravas perambulavam pelas ruas da cidade vendendo alimentos, e homens de diferentes condições jurídicas se ofereciam para prestar serviços como jornaleiros. O mar era o grande aliado para essas pessoas, pois, através do movimento das embarcações, principalmente as de cabotagem, é que se faziam correr segredos e conspirações de cativos contra o regime ou levante para assassinar um senhor demasiadamente autoritário.

Embora as fontes originais e a vasta bibliografia acerca da vida dos escravos nas Américas nos tenham dito que a aproximação entre cativos e senhores, sobretudo nos espaços

⁶¹ KARASCH, Mary C. **A vida dos escravos no Rio de Janeiro. 1808-1850.** 2ª reimpressão, São Paulo: Companhia das Letras, 2000. p. 67.

⁶²Creio que o estudo de CONRAD ainda se constitui uma referência obrigatória para reflexões em torno, por exemplo, do tráfico interprovincial que se acentuará no século XIX. CONRAD, Robert Edgar. **Os últimos anos de escravatura no Brasil: 1850-1888.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.

⁶³GOMES, Flávio et al. Op. Cit., p. 9.

⁶⁴Ibidem, p.10.

urbanos e na vida doméstica tenham criado maiores facilidades para a emancipação dos últimos, é preciso tratar de alguns aspectos que diferenciavam o regime de cativo na América portuguesa da escravidão na América hispânica.

É notório que o *espírito ibérico*, fortemente entranhado pela cultura do “não trabalho”, principalmente no referente aos ofícios manuais, despertou no conquistador europeu uma característica marcante que foi a de ostentar o desprezo pelos afazeres manuais.⁶⁵ Portugueses e espanhóis muitas vezes viveram situações de penúria por conta da resistência em se dedicar a tarefas consideradas depreciadoras. Isso, em certa medida, “contaminava” culturalmente os próprios escravos, os quais, além do trabalho doméstico, exerciam ofícios nas ruas e nas imediações portuárias. Por conta disso, uma das primeiras ambições de um liberto era a aquisição de um ou mais escravos para, assim, colocá-lo no labor em seu lugar, nos serviços manuais, fossem na rua ou em casa.⁶⁶

Senhores também estimulavam seus escravos a adquirir escravos, pois o fato de ter cativos possuidores de outros cativos era sinônimo de ostentação e riqueza de seus amos. Como disse Carlos Eugênio Líbano “ter escravos na Bahia da 1ª metade do século XVIII era algo absolutamente normal, e os egressos da escravidão ambicionavam – como todos na sociedade – a propriedade de pelo menos um cativo”.⁶⁷ Isso foi um fato corriqueiro também na América Hispânica, sobretudo em cidades portuárias como Cartagena de Índias.

Todavia, a questão da liberdade e a condição de livre diferiam entre as duas regiões sob o controle de Espanha e Portugal respectivamente. Enquanto os lusos mantiveram uma maior rigidez sobre os escravos, criando legislações, inclusive, para obstaculizar as alforrias e impedir a ascensão social e econômica de remanescentes do cativo, na América espanhola a situação foi, aparentemente, um pouco diferente. A partir do século XVIII, por exemplo, em algumas regiões da América hispânica, negros e pardos (mestiços) conseguiram mudar os registros da

⁶⁵ Ver, dentre os seus diversos estudos, HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Raízes do Brasil**. 3ª reimpressão, São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

⁶⁶ Há uma vasta bibliografia do Brasil que trata desse assunto. Apenas, a título de exemplo, ver MATTOSO, Kátia M. de Queiroz. O liberto, ponte nas relações sociais. In: _____. **Ser escravo no Brasil**. 3ª ed., São Paulo: Brasiliense, 1990.

⁶⁷ SOARES, Carlos Eugênio Líbano. “Instruído na fé, batizado em pé”... Op. Cit., p. 88. Outros historiadores já fizeram referência a esse respeito. Ver por exemplo e entre outros estudos, REIS, João José. **Domingos Sodré. Um sacerdote africano. Escravidão, Liberdade e Candomblé na Bahia do Século XIX**. São Paulo: Cia das Letras, 2008; MATTOSO, Kátia M. de Queiroz. **Ser escravo no Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 1988; _____. **Família e sociedade na Bahia do século XIX**. Bahia: Corrupio, 1988; OLIVEIRA, Maria Inês Côrtes de. **O liberto: o seu mundo e os outros**. São Paulo: Corrupio, Brasília-DF: CNPQ, 1988.

sua “cor” por meio da compra de títulos de “limpeza” de sangue, além da aquisição de títulos nobiliárquicos.⁶⁸

Em Havana, um dos principais entrepostos comerciais marítimos, e capital da mais importante possessão espanhola no Caribe, desde o final do século XVII e início do XVIII, quando se intensificou o tráfico de africanos, o setor negro-mulato adquiriu uma nova dimensão social. O ingresso cada vez maior de escravizados promoveu, de imediato, um desequilíbrio numérico entre negros e a população branca ou embranquecida. Com efeito, em segundo lugar, de acordo com Fragnals, a população negro-mulata, *urbana*, livre e escrava, teve uma espécie de relevância social, expressa em níveis de autonomia econômica e independência pessoal de decisão, em aberta contradição com as normas jurídicas escravagistas e as rígidas barreiras formais de pureza de sangue.⁶⁹

Processava-se, dessa maneira, o fenômeno do embranquecimento em muitas partes da América espanhola, ironicamente num ambiente onde havia toda uma legislação que primava pela rigidez da sociedade de castas, pressuposto da segregação entre os diferentes estratos sociais: brancos nobres, escravos africanos e população indígena. Com efeito, mais tarde, aos poucos, os negros “desapareceriam”, estranha e paulatinamente, dos censos em diversas áreas onde imperou a escravidão e cuja presença negra foi marcante. No Rio da Prata, particularmente em Buenos Aires e demais províncias que comporiam o Estado nacional argentino, contaria ainda com o peso que os defensores da política do “embranquecimento” jogariam no processo migratório de europeus e a manipulação das formas de recensear para, dessa maneira, tornar a Argentina uma nação hegemonicamente “branca”.⁷⁰

Vagarosamente, criava-se uma hierarquia difícil de ser compreendida a olhos nus para os seus contemporâneos e assaz complexa de ser decifrada posteriormente pelos historiadores. Do ponto de vista da administração da América hispânica, isso criava embaraços legais terríveis e temíveis, pois um dos fundamentos da escravidão repousava na condição racial em contraposição ao *status* da “pureza de sangue” dos brancos-amos. Ou seja, escravidão e “sangue puro” eram princípios incompatíveis e inconciliáveis numa sociedade cujo suposto que sustentava o regime de cativo era a tese da “inferioridade racial” e do “sangue contaminado”. Assim, na medida em que boa parte dos negros passou a desfrutar das mesmas prerrogativas

⁶⁸GIOLITTO, Loredana. Esclavitud y Libertad en Cartagena de índias. Reflexiones em torno a un caso de manumisión a finales del período colonial. **Fronteras de La Historia**. Bogotá – Colômbia, v. 08, p. 65-91, 2003. p. 69.

⁶⁹FRAGINALS, Manuel Moreno. **Cuba, Espanha, Cuba. Uma História Comum**. Bauru/São Paulo: Edusc, 2005. p.102.

⁷⁰SECRETO, Verónica. Justiça na desigualdade: ações de liberdade, “papéis de venda” e “preço justo” no Rio da Prata. 1776-1815. **Revista Afro-Ásia**, Salvador, n. 42, p. 27-62, 2010. p. 34.

costumeiramente atribuídas aos brancos, todo o edifício social ideológico que sustentava a escravidão ruía, dissolvia-se aos poucos.

Na América portuguesa, pouco diferente, tal fenômeno se repetia, mas os fundamentos da escravidão não foram, necessariamente, os mesmos da América espanhola. Aqui, além do uso da força escrava em larga escala e nas mais variadas tarefas da vida quotidiana, não houve a implantação do sistema de castas como forma de segregar étnica e/ou racialmente indivíduos procedentes e pertencentes a mundos diferentes, embora outros mecanismos legais, jurídicos e religiosos tenham sido formulados para tentar manter socialmente marginalizados aqueles remanescentes do cativo. Por isso, não houve um impacto tão severo na América portuguesa quanto na espanhola do fenômeno de os ex-escravos possuírem bens materiais – e isso incluía escravos – após a liberdade.⁷¹ Havia diferenças da condição escrava nos dois mundos, repousando nas suas atribuições e na sua condição jurídica.

Se, na América portuguesa, as leis que estabeleciam a condição escrava buscavam alijar completamente o indivíduo de qualquer representação legal jurídica, transformando-o em meras mercadorias, passíveis de serem vendidas, compradas e/ou hipotecadas, na América hispânica, os princípios jurídicos que nortearam a condição escrava “humanizaram”, em certa medida e desde os primórdios, aqueles que se encontravam em cativo. Um desses fundamentos básicos, constantes nos códigos *Justiniano* e no das *Sete Partidas*, era o direito de o cativo representar queixa contra o senhor por maustratos, solicitar a sua venda a outrem, além do direito de constituir matrimônio com escravo ou pessoa livre, sem intervenção senhorial.

Esses princípios já estavam devidamente assentados e vigorando na América hispânica desde os primórdios da colonização e da implantação do escravismo nas diferentes regiões. Na América portuguesa, legalmente falando, alguns desses dispositivos só seriam incorporados na legislação tardiamente; outros sequer foram adotados, como o direito de casar-se legalmente, sem intervenção do senhor, ainda que na prática isso tenha ocorrido corriqueiramente. Cabem aqui considerações a respeito de um dos sustentáculos das sociedades de casta e mesmo na América portuguesa: o princípio da honra. E, as “violações” de seus princípios trariam, com o passar do tempo, sérias complicações para a manutenção da segregação racial e da tese da *pureza de sangue*.

A honra, como princípio que definia o caráter nobre de um homem e de uma mulher, foi um importante aspecto da vida material e mental tanto na América portuguesa quanto na espanhola. Aos homens, a manifestação de honradez se materializava quotidianamente nas atitudes que configuravam o seu bom desempenho nas atividades econômicas, a projeção do

⁷¹ Sobre a escravidão na América portuguesa, ver: RUSSELL-WOOD, A. J. R. **Escravos e Libertos no Brasil Colonial**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

destemor frente a desafios que lhes exigiam postura de “bravura” – e isso ia desde o duelo entre desafiador e o desonrado até a “caça” de escravos foragidos, destruição de quilombos e *cimarroneiros* nas matas ou próximos às cidades.⁷²

Ademais, para os possuidores do *status* de “homens honrados”, a vida pública assumia grande importância, uma vez que esses indivíduos tornavam-se “protetores”, “padrinhos” de menos afortunados, dos que viviam à beira da indignação, dos que precisavam de favores. Ao desfrutarem das prerrogativas de prender ou mandar soltar sujeitos indiciados por supostos crimes na sua esfera de poder, uma vez que ocupavam as funções de autoridades locais, como delegados e Alcaldes, buscavam construir sistemas de clientela e manter sob controle e sujeição os pobres e libertos, algo nem sempre alcançado plenamente.⁷³

Para as mulheres, segundo as regras de conduta social da época, o significado de honradez repousava justamente no oposto da conduta masculina. A vida em reclusão, quando solteiras, e a fidelidade, quando casadas, eram requisitos fundamentais para que desfrutassem da condição de mulheres nobres. Não nos causa estranheza o fato de muitas mulheres libertas terem seus espaços domésticos sistematicamente violados e muitas das suas filhas estupradas por homens residentes na mesma localidade durante toda a história colonial e, no caso específico do Brasil, no Império. Por serem consideradas, aos olhos da lei e dos homens comuns, mulheres de vida pública, portanto, segundo os códigos sociais, destituídas de honradez, não gozariam do direito do amparo legal, e ainda recaía sobre elas a dificuldade de fazer justiça com as próprias mãos, pois muitas delas eram mães solteiras e trabalhadoras do ganho de rua. Sem a figura do homem, tornava-se difícil exigir respeito social num ambiente hegemonicamente patriarcal.⁷⁴ Ainda assim, quando escrutinamos a documentação criminal do período, encontramos vários processos impetrados por mulheres forras exigindo a aplicação da lei contra aqueles que violaram seus espaços domésticos e atentaram contra a privacidade de suas filhas e delas próprias.

A honra, na América espanhola e em particular em Cartagena de Índias, como salientou Loredana Giolitto, estava estreitamente vinculada à ideia de “limpeza de sangue”; porém, no

⁷² Formação de comunidades de escravos fugidos e índios, em locais, por vezes, de difícil acesso das forças militares para combater esses aglomerados. Termo que traduzido para o português seria o mesmo que Quilombo.

⁷³ Ver DIAS, Maria Odila Leite da Silva. *Sociabilidades sem História: votantes pobres no Império, 1824-1881*. In: FREITAS, Marcos Cezar de (Org.). **Historiografia brasileira em perspectiva**. São Paulo: Contexto, 1998. p. 57-72.

⁷⁴ Sobre a vida de mulheres forras no Brasil, ver os seguintes trabalhos: DIAS, Maria Odila Leite da Silva. **Quotidiano e poder...** Op. Cit.; SOUZA, Laura de Mello e. **Desclassificados do ouro. A pobreza mineira no século XVIII**. 4 ed. São Paulo: Paz e Terra, 2004. OLIVEIRA, Maria Luiza Ferreira de. **Entre a casa e o armazém. Relações sociais e experiência da urbanização de São Paulo, 1850-1900**. São Paulo: Alameda, 2005; ALGRANTI, Leila Mezan. **Honradas e devotas: mulheres da Colônia**. 2 ed. Rio de Janeiro: José Olímpio, 1999; FIGUEIREDO, Luciano. **O avesso da memória**. Rio de Janeiro: José Olímpio, 1993.

final do período colonial, estes dois valores com frequência estavam em conflito em função do processo de mistura racial.⁷⁵ Situações análogas foram percebidas por pesquisadores da História social da escravidão das Américas ao surpreender o grau de preocupação dos membros das elites “brancas” para com os riscos da “mistura de cor”. Tal preocupação se manifestava no espaço da vida quotidiana da rua e no espaço doméstico. Os pais procuravam manter uma astuta vigília sobre a esposa, e principalmente sobre seus filhos, com o intuito de evitar matrimônios indesejados. Os casamentos eram, portanto, prerrogativa e escolha cuidadosa dos pais, pois assim se evitaria a perda da “honra” por meio do casamento com indivíduos “indignos” do *status* desfrutado pelos membros daquela família.

Porém, como toda vigilância tem seus momentos de relaxamento, não raras vezes filhos encantados por uma jovem, ou vice-versa, mantiveram relações sexuais antes do casamento como forma de pressionar o matrimônio indesejado pelo genitor. Forma de transgressão normativa por demais perigosa para alguns, pois nem sempre os resultados eram aqueles ansiosamente esperados. Convencionalmente, a forma de reparar o “dano social” provocado por tal ato era a realização do casamento. Isso acontecia com relativa frequência entre os homens, porém, nos casos em que as mulheres nobres eram “desonradas” por algum infeliz aventureiro, destituído de posse e tradição, a justiça dos homens poderia ser o caminho reparador, e a filha encaminhada à clausura de uma instituição religiosa, fossem conventos, fossem casas de recolhimento.⁷⁶

Essas foram apenas algumas das situações nas quais o fenômeno da mestiçagem se materializou no âmbito da sociedade colonial ibero-americana ao longo dos séculos. Porém, desde os primórdios da conquista, a Coroa espanhola tentou, sem êxito, construir nalgumas partes da América um tipo de sociedade estável e equilibrada, evitando-se a mistura de grupos étnicos. Por conta disso é que encorajou mulheres e famílias inteiras a emigrar para o Novo Mundo. Também recomendava aos funcionários públicos e aos *encomenderos* que se casassem antes de partir ou levassem consigo suas respectivas esposas, caso já fossem casados.

Mas a escassez de mulheres na América Hispânica e Portuguesa sempre foi um problema crônico, apesar das frustradas tentativas da administração colonial em manter a constância do traslado de mulheres. E, como expressou Nicolás Sánchez-Albornoz a respeito do caso hispânico, a consequência disso foi a formação, dentro da população, de um estrato de mestiços, nem sempre diferenciados como tais. De fato, especialmente no início, muitos mestiços foram absorvidos pelo estrato social ocupado por seus pais, desfrutaram de seus

⁷⁵GIOLITTO, Loredana. *Esclavitud y libertad...* Op. Cit., p.81.

⁷⁶Dentre outros estudos, ver LEITE. Márcia Maria da Silva Barreiros. **Entre a tinta e o papel. Memórias de leituras femininas na Bahia (1870-1920)**. Salvador: Quarteto, 2009.

privilégios e se passaram por europeus.⁷⁷ Nessa dinâmica histórica, plasmou-se, na América espanhola, uma classe social denominada de *crioula*, formada por descendentes de ibéricos com índios e negros libertos, cujo poder econômico lhe conferiu grande status social, mas a coroa espanhola jamais lhe confiou a ocupação das funções em cargos estratégicos da administração pública colonial.

Por sua vez, as relações entre livres e escravos as coisas se davam em outra dimensão. Um dos aspectos mais relevantes do estudo de Elizabeth Majiás Navarrete é a forma como as escravas projetavam a corporeidade, ou mais especificamente, como fizeram de seus corpos a representação de sua pessoa.⁷⁸ Em outros termos, ao praticarem atos deliberados como a exigência de seus papéis de venda e a difamação do senhor, a fuga, o assassinato, o roubo e outros tipos de transgressões, os cativos, além de deixarem para a posteridade o recado de que nem sempre foram obedientes e submissos, reconfiguraram as relações de poder, e, por outro lado, elaboraram novos pontos de identificação.

Na lógica senhorial, tentar desumanizar o escravo implicava na possibilidade de manter um clima de segurança e estabilidade no seio da sociedade escravista. Para isso, era necessário atacar três dimensões básicas com o intuito de consolidar a sujeição negra: a “dessocialização”, a “dessexualização” e a “despersonalização”. Seus atos, acima descritos, representaram uma leitura invertida dos códigos de honra formulados pela própria classe senhorial. Nesse sentido, a honra repousava na definição daquilo que era aceitável na condição escrava e o que lhes era dado em troca.

Em permuta por uma suposta submissão temporária e sempre negociada, os cativos exigiram em certos momentos duas condições: amparo material e o direito à vida afetiva – a constituição de relações afetuosas e o respeito à inviolabilidade do seu corpo. Tais exigências poderiam pesar a favor ou contra os cativos, dependendo da conjuntura e períodos históricos no qual estiveram inseridos. Não há como negar que em épocas de bonança e expansão do tráfico, por exemplo, o poder de barganha foi muito maior do que em períodos de depressão econômica regional e, principalmente, após o fim do tráfico para algumas regiões quando a liberdade ficou mais difícil para muitos cativos.

Entretanto, com base em uma análise de longa duração, é perceptível como a afetividade e o uso da corporeidade foram importantes trunfos para as escravas nas partes da América escravista, sobretudo para aquelas que, em muitos casos, tiveram filhos com seus senhores. Além de criá-los junto aos seus pais, tomaram conta de seus amásios até o leito de

⁷⁷ SANCHEZ-ALBORNOZ, Nicolás. Op. Cit., p.37.

⁷⁸ NAVARRETE. Elizabeth Mejías. La esclavitud doméstica em sus prácticas: los esclavos y su constitución em personas. Chile, 1750-1820. **Frontera de La Historia**, Bogotá – Colômbia, v. 12, p. 119-150, 2007. p. 131.

morte, quando muitas delas receberam o reconhecimento na forma de liberdade e herdavam os bens senhoriais. A documentação relativa à história da escravidão na América escravagista está recheada de relatos de relações entre senhores e suas escravas e, não raras vezes, encontramos testamentos e inventários onde as cativas foram reconhecidas como as beneficiárias do espólio senhorial.

Conclusão

A perspectiva da História comparada a respeito da escravidão e da liberdade nas Américas apresenta-se como um caminho promissor por onde novas descobertas acerca da vida material e espiritual dos cativos podem vir à tona por meio da pena do historiador. Estabelecer intercâmbios, interlocuções com instituições dos vários países e visitar arquivos é, com toda a certeza, o caminho por onde descortinaremos a experiência de vida de escravos e libertos que viveram, lutaram e recriaram um novo mundo nesse continente devastado pela invasão europeia.

Algumas dimensões da experiência compartilhada entre esses sujeitos, que viveram em cidades portuárias, são perceptíveis na rica bibliografia acumulada ao longo dos últimos anos e por meio de uma rigorosa pesquisa a ser feita nos arquivos de cada país. O trabalho urbano, os mais diferentes ofícios realizados por escravos e libertos apontam similitudes entre as suas condições de vida e as formas pelas quais muitos deles conseguiram a liberdade. Em nenhuma situação, a alforria se constituiu um caminho fácil de ser alcançado pelos cativos, e a submissão a certos tipos de labor levou muitos deles à exaustão mortal ou a formas de humilhação e degradação humanas sem precedentes.

Tanto em Cartagena de Índias, como em Salvador, no Rio de Janeiro e em Havana de Cuba, escravas, por exemplo, foram submetidas sistematicamente a um regime de prostituição cotidiana como uma das principais fontes de renda auferidas pelos seus senhores. Como cidades portuárias, acolhiam uma população flutuante formada por marinheiros, embarcações e tripulações de navios de longo curso, todos eles ávidos por realizar todo tipo de extravagância em terra firme. Era nas tavernas, nas casas de alcovas e mesmo na prostituição itinerante que muitos deles encontravam maneiras de extravazar as suas privações duramente suportadas nos tempos de travessia pelo Atlântico.

Observa-se também na escravidão masculina uma série de funções desempenhadas pelos cativos nas áreas próximas ao porto. Foram eles os construtores das fortificações em todas as cidades aqui destacadas. Em Cuba, eles carregaram pedras por mais de 25 quilômetros de distância para construir a extensa muralha de proteção da cidade. Foram eles também os responsáveis pela edificação dos prédios militares, civis e estaleiros. Em Salvador, as marcas das suas mãos estão fixadas nas igrejas, nos fortins, nas contenções que seguram a escarpa que

se eleva à Cidade Alta e mantém firme a Avenida Contorno. Em Cartagena, eles também foram os responsáveis pela edificação da mais imponente cidade das Américas, assim como fizeram no Rio de Janeiro.

Jornaleiros, ganhadores, artesãos, marceneiros, artífices, sangradores, vendedeiras, alfaiates, cirurgiões e outras tantas profissões foram atividades realizadas por escravos e libertos nas mais variadas partes das cidades americanas, com ênfase nas áreas portuárias, lugares onde fervilhava uma população flutuante e disposta a pagar pelos serviços prestados por esses sujeitos. Foram nessas áreas onde eles também recriaram os seus ritmos musicais fazendo uso de instrumentos que deixaram muitos observadores de época encantados com o fascínio da sonoridade dos seus cânticos. Essa é uma dimensão que ainda carece de investigação para sabermos até que ponto essa dimensão da cultura material dos africanos, trasladados para América, conectou-se entre si, ora incorporando elementos de uma dada região, ora fornecendo elementos rítmicos para aquela área.

Neste estudo, realcei apenas alguns aspectos da vida quotidiana de cativos e libertos em duas cidades da América Latina, durante o período colonial, na fase pós-independência. Tais investidas instigam novas pesquisas para que um estudo comparado mais amplo possibilite um melhor conhecimento e, de modo mais aprofundado, identifique situações que aproximaram configurações históricas distantes geograficamente, que não deixaram de expressar ao historiador conexões e proximidades entre modos de agir e de viver em várias áreas das Américas Ibéricas.

Referências bibliográficas:

ALENCASTRO, Luís Felipe de. **O trato dos viventes. A formação do Brasil no Atlântico Sul.** São Paulo: Cia das Letras, 2000.

ALGRANTI, Leila Mezan. **Honradas e devotas: mulheres da Colônia.** 2 ed. Rio de Janeiro: José Olímpio, 1999.

AZEVEDO, Célia Maria Marinho de. **Abolicionismo. Estados Unidos e Brasil, uma história comparada (século XIX).** São Paulo: Annablume, 2003.

BAKEWELL, Peter. A mineração na América Espanhola Colonial. *In:* BETHELL, Leslie (Org.). **História da América Latina, América Latina Colonial.** São Paulo: Edusp, 2004. v. 1.

BANDEIRA, Luís Alberto Moniz. **O Feudo. A casa da Torre de Garcia d'Ávila: da conquista dos sertões à Independência do Brasil.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

BARICKMAN, B. J. **O Contraponto Baiano: açúcar, fumo, mandioca e escravidão no Recôncavo, 1780-1860**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

_____. E se a casa-grande não fosse tão grande? Uma freguesia açucareira do Recôncavo baiano em 1835. **Revista Afro-Ásia**, Salvador, v. 29-30, p.79-132, 2003.

BLACKBURN, Robin. **A construção do escravismo no Novo Mundo. Do Barroco ao Moderno. 1492-1800**. Rio de Janeiro: Record, 2001.

_____. **A queda do escravismo colonial. 1776-1848**. Rio de Janeiro; São Paulo: Record, 2002.

_____. A escravidão e a América espanhola. *In*: _____. **A construção do escravismo no Novo Mundo. Do Barroco ao moderno. 1492-1800**. Rio de Janeiro: Record, 2001.

CONRAD, Robert Edgar. **Os últimos anos de escravatura no Brasil: 1850-1888**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.

COSTA, Luíz Monteiro da. **Na Bahia Colonial. Apontamentos para História Militar da cidade do Salvador**. Salvador: Livraria Progresso, s/d.

DIAS, Maria Odila Leite da Silva. **Quotidiano e Poder em São Paulo no século XIX**. 2. ed. São Paulo: Brasiliense, 1995.

_____. Forros e brancos pobres na sociedade do Brasil Colonial. 1675-1835. **História General da América Latina**. Madri: Trota, 2001. v. 3. t. 2. cap. 22.

_____. Sociabilidades sem História: votantes pobres no Império, 1824-1881. *In*: FREITAS, Marcos Cezar de (Org.). **Historiografia brasileira em perspectiva**. São Paulo: Contexto, 1998.

ELLIOTT, J. H. A Conquista Espanhola e a Colonização da América. *In*: BETHELL, Leslie. (Org.). **América Latina Colonial**. São Paulo: Edusp, 2004. v. 01.

FARIA, Sheila de Castro. **A Colônia em Movimento: fortuna e família no cotidiano colonial**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998.

FIGUEIREDO, Luciano. **O avesso da memória**. Rio de Janeiro: José Olímpio, 1993.

FLORENTINO, Manolo. **Tráfico, Cativo e Liberdade. Rio de Janeiro, séculos XVIII-XIX**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

FRAGINALS, Manuel Moreno. **Cuba, Espanha, Cuba. Uma História Comum**. Bauru/São Paulo: Edusc, 2005.

GIOLITTO, Loredana. Esclavitud y Libertad en Cartagena de índias. Reflexiones em torno a un caso de manumisión a finales del período colonial. **Frteras de La Historia**. Bogotá – Colômbia, v. 08, p. 65-91, 2003.

GOMES, Flávio dos Santos; FERREIRA, Roquinaldo. A miragem da miscigenação. **Revista Novos Estudos - CEBRAP**, São Paulo, p. 141-160, Março 2008.

GOMES, Flávio dos Santos et al. **Cidades Negras. Africanos, crioulos e espaços urbanos no Brasil escravista do século XIX**. 2 ed. São Paulo: Alameda, 2006.

GOMES, Flávio dos Santos; FERREIRA, Roquinaldo. A miragem da miscigenação. **Revista Novos Estudos - CEBRAP**, n. 80. São Paulo, Março, p. 141-160, 2008.

GRADEN, Dale T. O envolvimento dos Estados Unidos no comércio transatlântico de escravos para o Brasil, 1840-1858. **Revista Afro-Ásia**, Salvador, n. 35, p. 09-35, 2007.

GRUZINSKI, Serge; BERNAND, Carmen. **História do Novo Mundo. Da Descoberta à Conquista, uma experiência Europeia (1492-1550)**. São Paulo: Edusp, 2001.

HEMMING, John. **La Conquista de los Incas**. México: Fondo de Cultura económica, 2000.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Raízes do Brasil**. 3ª reimpressão, São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

JAMES, C.L.R. **Os Jacobinos negros. Toussant L'ouverture e a Revolução de São Domingos**. 1ª reimpressão. São Paulo: Boitempo, 2007.

KARASCH, Mary C. **A vida dos escravos no Rio de Janeiro. 1808-1850**. 2ª reimpressão. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

KLEIN, Herbert S. **Escravidão africana. América Latina e Caribe**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1987.

_____. Novas interpretações do tráfico de escravos do Atlântico. **Revista de História da USP**, São Paulo, n.120, p. 03-25, janeiro-julho, 1989.

LASERNA, Arturo Aparicio. **Memórias de Cartagena. Mar de Sangre**. Bogotá – Colômbia: Cuéllar Editores, 2006.

LEITE. Márcia Maria da Silva Barreiros. **Entre a tinta e o papel. Memórias de leituras femininas na Bahia (1870-1920)**. Salvador: Quarteto, 2009.

LINDLEY, Thomas. **Narrativas de uma viagem ao Brasil**. São Paulo: Editora Nacional, 1969.

MARQUESE, Rafael de Bivar; BERBEL, Márcia. **Escravidão e Política. Brasil e Cuba. 1790-1850**. São Paulo: Hucitec, 2010.

MATTOSO, Kátia M. de Queiroz. **Bahia: A cidade do Salvador e seu mercado no século XIX**. São Paulo: Hucitec, 1978.

____. **Bahia: século XIX. Uma Província no Império.** 2ª ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira 1992.

____. **Ser escravo no Brasil.** São Paulo: Brasiliense, 1988.

____. Kátia M. de Queiroz. **Família e sociedade na Bahia do século XIX.** Bahia: Corrupio, 1988.

MEZA, Ruth Gutierrez. Contrabando, redes y poder local. En La Guajira de La segunda mitad Del siglo XVIII. **Taller de la Historia.** Cartagena, p. 223-240, 2009.

MÚNERA, Alfonso. **Fronteras imaginadas. La construcción de lãs razas y de La geografia em El siglo XIX colombiano.** 2ª ed. Bogotá: Planeta, 2005.

MURRA, John. As sociedades Andinas Anteriores a 1532. *In*: BETHELL, Leslie. (Org.). **América Latina Colonial.** São Paulo: Edusp, 2004. v. 01.

NASCIMENTO, Anna Amélia Vieira. **Dez freguesias da cidade do Salvador. Aspectos sociais e urbanos do século XIX.** Salvador: EDUFBA, 2007.

NAVARRETE. Elizabeth Mejías. La esclavitud doméstica em sus prácticas: los esclavos y su constitución em personas. Chile, 1750-1820. **Frontera de La Historia,** Bogotá – Colômbia, v. 12, p. 119-150, 2007.

NOEJOVICH, Héctor Omar; SALLES, Estela Cristina. La desconstrucción y reconstrucción de um discurso histórico: a propósito de La mita toledana. **Frotera de La Historia,** Bogotá, n. 11, p. 405-432, 2006.

OLIVEIRA, Maria Inês Côrtes de. **O liberto: o seu mundo e os outros.** São Paulo: Corrupio, Brasília-DF: CNPQ, 1988.

OLIVEIRA, Maria Luiza Ferreira de. **Entre a casa e o armazém. Relações sociais e experiência da urbanização de São Paulo, 1850-1900.** São Paulo: Alameda, 2005.

PAIVA, Eduardo França; IVO, Isnara Pereira. **Escravidão, mestiçagem e histórias comparadas.** São Paulo: Annablume, 2008.

PRODANOV, Cleber Cristiano. **Cultura e Sociedade Mineradora: Potosi, 1569-1670.** São Paulo: Annablume, 1998.

REIS, João José. De olho no canto: trabalho de rua na Bahia na véspera da abolição. **Revista Afro-Ásia,** Salvador, n. 24, p. 199-242, 2000.

____. **Domingos Sodré. Um sacerdote africano. Escravidão, Liberdade e Candomblé na Bahia do Século XIX.** São Paulo: Cia das Letras, 2008.

RODRIGUES, Jaime. **De Costa a Costa. Escravos, marinheiros e intermediários do tráfico negreiro de Angola ao Rio de Janeiro.** São Paulo: Cia das Letras, 2005.

RODRÍGUEZ, Pablo. Família e vida urbana no cotidiano da América Colonial: Cartagena de Índias no século XVIII. **Revista Tempo**, Rio de Janeiro, v. 8, p. 01-08, 1999.

RUSSELL-WOOD, A. J. R. **Escravos e libertos no Brasil Colonial.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

SALLES, Ricardo. **E o Vale era o escravo. Vassouras, século XIX. Senhores e escravos no coração do Império.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

SÁNCHEZ-ALBORNOZ, Nicolás. A população da América Espanhola Colonial. *In*: BETHELL, Leslie. (Org.). **História da América Latina. América Latina Colonial.** São Paulo: Edusp, 2004. p. 25-27. v. 02.

SCHWARTZ, Stuart B.; LOCKHART, James. **A América Latina na época colonial.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

_____. **Escravos, Roceiros e Rebeldes.** São Paulo: Edusc, 2001.

SECRETO, Verónica. Justiça na desigualdade: ações de liberdade, “papéis de venda” e “preço justo” no Rio da Prata. 1776-1815. **Revista Afro-Ásia**, Salvador, n. 42, p. 27-62, 2010.

SOARES, Carlos Eugênio Líbano. “Instruído na fé, batizado em pé”: Batismo de africanos na Sé da Bahia na 1ª metade do século XVIII, 1734-1742. **Revista Afro-Ásia**, Salvador, n. 39, p. 82-83, 2010.

SOUZA, Adilson Amorim de. O CONAIE e o levante indígena de 1990. **Cadernos do CEAS**, Salvador, v. 224, p. 65-87, outubro/dezembro de 2006.

SOUZA, Gabriel Soares de. **Tratado descritivo do Brasil em 1587.** 9 ed. Recife: Fundação Joaquim Nabuco, 2000.

SOUZA, Laura de Mello e. **Desclassificados do ouro. A pobreza mineira no século XVIII.** 4 ed. São Paulo: Paz e Terra, 2004.

TELLEZ, German (Org.). **Herencia Colonial em Cartagena d Índias.** Bogotá: Litografia Arco/Fondo Cultural Cafetero, 1980.

TRUJILLO, Nhora Patricia Palacios. **La utopia de um paraíso. Los Franceses em Colômbia.** Colômbia: Editorial planeta colombiana, 2009.

URQUIDI, Vivian et all. Questão indígena na América Latina: Direito internacional; Novo Constitucionalismo e organização dos Movimentos indígenas. **Cadernos PROLAM/USP**, São Paulo, v. 1, n. 8, p. 199-222, 2008, 2008.

VAINFAS, Ronaldo (Org.). **América em tempo de conquista**. Rio de Janeiro: Zahar Editor, 1992.

_____. Colonialismo e idolatrias: Cultura e Resistência Indígenas no Mundo Colonial ibérico. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, p. 101-124, 1991.

VILHENA, Luís dos Santos. **A Bahia no Século XVIII**. Coleção Baiana, Salvador: Editora Itapuã, 1969. v. 1.

WACHTEL, Nathan. Os índios e a conquista espanhola. *In*: BETHELL, Leslie. (Org.). **História da América Latina. América Latina Colonial**. São Paulo: Edusp, 2004. p. 195-239. v. 1.